

A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA À DESINFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE FORMAÇÃO POLÍTICA JUVENIL E LITERACIA MIDIÁTICA

THE FIELD OF SOCIOLOGY AS A SPACE FOR RESISTING MISINFORMATION: A
STUDY ON YOUTH POLITICAL EDUCATION AND MEDIA LITERACY

LA ASIGNATURA DE SOCIOLOGÍA COMO ESPACIO DE RESISTENCIA A LA
DESINFORMACIÓN: UN ESTUDIO SOBRE LA FORMACIÓN POLÍTICA DE LOS
JÓVENES Y LA ALFABETIZACIÓN MEDIÁTICA

Ivete Maria da Silva Guimarães¹

Ednaldo Ferreira Tôrres²

Glícia Angélica Oliveira Sales³

RESUMO: Esse artigo buscou analisar o papel mediador da disciplina de Sociologia como instância de resistência e formação política, investigando a relação entre os hábitos de consumo nas redes sociais e a capacidade de literacia midiática de jovens estudantes em escolas públicas de Petrolina-PE. A metodologia empregada fundamentou-se em uma abordagem quali-quantitativa, delineada como um estudo de casos múltiplos, com aplicação de questionários estruturados e análise documental em quatro instituições da rede estadual do município. Os principais resultados demonstram uma imersão tecnológica absoluta dos jovens via *smartphones*, porém acompanhada de um engajamento político passivo e dificuldades significativas na identificação de desinformação digital. Evidenciou-se que mais da metade dos respondentes não percebe as aulas de Sociologia como suporte efetivo para a compreensão da democracia ou para a mediação crítica dos conteúdos das redes sociais. Conclui-se que existe um descompasso pedagógico que favorece a despolitização, tornando imperativo que a Sociologia promova a autonomia crítica. A integração transversal da literacia midiática é essencial para transformar o consumo acrítico em participação cidadã consciente frente aos desafios da desordem informacional contemporânea.

Palavras-chave: Sociologia. Desinformação. Literacia Midiática. Redes sociais. Ensino Médio.

¹Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Licenciada em Letras pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Cândido Mendes.

²Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e do Mestrado Profissional em Sociologia (PROFSOCIO) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela UNIVASF/UFRPE/UNEB, mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

³Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e especialista em Educação e Gestão pela Faculdade Pio Décimo.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the mediating role of Sociology as an instance of resistance and political formation, investigating the relationship between social media consumption habits and the media literacy capacity of young students in public schools in Petrolina-PE. The methodology was based on a qualitative-quantitative approach, designed as a multiple case study, involving the application of structured questionnaires and documentary analysis in four state institutions. The main results demonstrate an absolute technological immersion of young people via smartphones, yet accompanied by passive political engagement and significant difficulties in identifying digital misinformation. It was evidenced that more than half of the respondents do not perceive Sociology classes as an effective support for understanding democracy or for the critical mediation of social media content. It is concluded that there is a pedagogical mismatch that favors depoliticization, making it imperative for Sociology to promote critical autonomy. The transversal integration of media literacy is essential to transform uncritical consumption into conscious citizen participation in the face of contemporary informational disorder challenges.

Keywords: Sociology. Misinformation. Media Literacy. Social networks. High School.

RESUMEN: Este artículo buscó analizar el papel mediador de la asignatura de Sociología como instancia de resistencia y formación política, investigando la relación entre los hábitos de consumo en las redes sociales y la capacidad de alfabetización mediática de jóvenes estudiantes en escuelas públicas de Petrolina-PE. La metodología empleada se fundamentó en un enfoque cuali-cuantitativo, delineado como un estudio de casos múltiples, con aplicación de cuestionarios estructurados y análisis documental en cuatro instituciones de la red estatal del municipio. Los principales resultados demuestran una inmersión tecnológica absoluta de los jóvenes a través de teléfonos inteligentes, aunque acompañada de un compromiso político pasivo y dificultades significativas en la identificación de la desinformación digital. Se evidenció que más de la mitad de los encuestados no percibe las clases de Sociología como un apoyo efectivo para la comprensión de la democracia o para la mediación crítica de los contenidos de las redes sociales. Se concluye que existe un desajuste pedagógico que favorece la despolitización, por lo que resulta imperativo que la Sociología promueva la autonomía crítica. La integración transversal de la alfabetización mediática es esencial para transformar el consumo acrítico en una participación ciudadana consciente frente a los desafíos del desorden informacional contemporáneo.

Palabras clave: Sociología. Desinformación. Alfabetización Mediática. Redes Sociales. Enseñanza Media.

INTRODUÇÃO

A participação política e o engajamento cívico constituem dimensões fundamentais para o fortalecimento das democracias contemporâneas. A literatura clássica sobre cultura cívica aponta que a forma como os cidadãos se relacionam com a política é condicionada por fatores sociais, econômicos e institucionais (Almond; Verba, 1963; Dalton; Welzel, 2014). Nesse cenário, a Sociologia, enquanto disciplina que analisa as formas de socialização, identidade e

poder, fornece ferramentas fundamentais para compreender como tais processos se configuram entre os jovens no contexto contemporâneo.

No século XXI, os estudantes estão imersos em um ambiente no qual a comunicação digital permeia múltiplas dimensões de suas vidas diárias. Redes sociais, portais de notícias e outros recursos digitais não apenas informam, mas também moldam opiniões, valores e comportamentos políticos. Pela teoria do *agenda-setting*, a mídia define quais temas são percebidos como relevantes (McCombs; Shaw, 1972), funcionando, sob a ótica sociológica, como instâncias de socialização política em que as capitais simbólicos influenciam desigualmente o acesso ao discurso público (Bourdieu, 1989).

Essa dinâmica digital, contudo, tensiona a esfera pública ao priorizar o espetáculo em detrimento da argumentação racional (Habermas, 1962). Como advertia Debord (1967), vivemos em uma "sociedade do espetáculo", na qual as imagens e representações midiáticas tendem a esvaziar o conteúdo político em prol da aparência e da reação instantânea. Esse cenário favorece a exposição a riscos significativos, como a polarização ideológica e a desinformação, que afetam diretamente a maneira como os jovens compreendem e se posicionam diante da realidade.

Historicamente, a escola é compreendida como uma instância de socialização moral e cívica, fundamental para a internalização de valores coletivos (Durkheim, 2013). Todavia, observa-se um processo de despolitização da educação, onde a política é frequentemente associada a aspectos negativos e a lógica neoliberal reforça subjetividades individualistas (Soares; Dantas, 2023). Nesse panorama, a escola torna-se um "território em disputa", onde a disciplina de Sociologia deve atuar como mediadora para converter o senso comum em conhecimento científico.

Resultados empíricos recentes indicam uma defasagem de aprendizagem preocupante: mais da metade dos estudantes sente que as aulas de sociologia raramente auxiliam na compreensão da democracia ou na mediação crítica das informações digitais. Com a juventude vulnerável aos algoritmos, a educação midiática se apresenta como uma "orientação capacitadora" aos algoritmos, necessária para o desenvolvimento da autonomia crítica (Caetano, 2019). Assim, a Sociologia assume o papel de resistência contra o esvaziamento do debate público e a manipulação emocional nas redes.

A presente pesquisa foi desenvolvida no município de Petrolina-PE, abrangendo quatro instituições da rede estadual de ensino (anonimizadas para fins deste estudo). O foco da

investigação recaiu sobre estudantes da 3ª série do Ensino Médio, grupo estrategicamente escolhido pela proximidade com a maioria eleitoral, período em que as percepções e atitudes políticas tendem a se consolidar de forma mais expressiva no ambiente escolar.

Com base nesse contexto, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a disciplina de Sociologia pode consolidar-se como um espaço de resistência à desinformação e promover a literacia midiática diante do fluxo de conteúdos digitais consumidos por estudantes do Ensino Médio em Petrolina-PE?

O objetivo geral deste trabalho é analisar o papel mediador da disciplina de Sociologia como instância de resistência e formação política, investigando a relação entre os hábitos de consumo nas redes sociais e a capacidade de literacia midiática de jovens estudantes em escolas públicas de Petrolina-PE.

Este estudo constitui uma ramificação analítica dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado, defendida em 2026 pela autora no âmbito do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional — PROFSOCIO. O artigo em questão aprofunda, especificamente, as discussões sobre o papel da disciplina de Sociologia como espaço de socialização política e os desafios da literacia midiática frente à desinformação, partindo das evidências empíricas coletadas junto a estudantes da rede pública de Petrolina-PE.

MÉTODOS

A metodologia deste estudo fundamenta-se em uma abordagem quali-quantitativa, delineada como um estudo de casos múltiplos, conforme as proposições de Yin (2009). Esta escolha metodológica permite uma análise robusta do fenômeno da socialização política em diferentes contextos escolares, utilizando a replicação de resultados em cenários distintos para fortalecer a fidedignidade da análise sociológica. A pesquisa aplica o uso de múltiplas fontes de evidência, o cruzamento de dados e a manutenção de uma cadeia de evidências que conecta as questões iniciais às conclusões finais.

O campo de investigação compreendeu quatro instituições da rede estadual de ensino localizadas em Petrolina-PE, selecionadas por amostragem por agrupamentos urbanos. As unidades escolares situam-se em territórios diversos: uma em bairro populoso com forte identidade comunitária; outra em periferia histórica marcada por vulnerabilidade social; uma terceira em eixo de expansão urbana e novas fronteiras habitacionais; e a quarta em área de

ocupação recente com perfil de moradia de rendas mistas. Essa diversidade permite observar como a recepção política digital interage com diferentes dinâmicas de ocupação e sociabilidade.

A população do estudo foi composta por estudantes da 3ª série do Ensino Médio, grupo escolhido estrategicamente pela proximidade com a maioria eleitoral, momento em que as percepções políticas tendem a se consolidar. O universo potencial abrangia aproximadamente 300 alunos, resultando em uma amostra final de 46 respondentes que participaram por acessibilidade. Os critérios de inclusão focaram em estudantes regularmente matriculados nesta série nas escolas selecionadas, buscando captar uma diversidade de perfis de gênero, idade e condições socioeconômicas.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de março e abril de 2026. Os instrumentos utilizados incluíram a análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas e a aplicação de um questionário estruturado digital via *Google Forms*. O questionário utilizou a escala de Likert para mensurar percepções e atitudes, permitindo transformar variáveis subjetivas em dados quantificáveis passíveis de análise estatística. O procedimento de coleta foi iniciado presencialmente com a apresentação dos objetivos da pesquisa e disponibilização de QR Code para o formulário.

No que tange aos aspectos éticos, a pesquisa foi conduzida em conformidade com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os participantes (ou seus responsáveis) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o anonimato, a voluntariedade e a confidencialidade. Além disso, a execução da coleta foi formalizada mediante a autorização dos gestores escolares através de termos de anuência.

A análise dos dados seguiu uma abordagem predominantemente quantitativa, fundamentada no processamento estatístico das respostas. Foram aplicadas técnicas de estatística descritiva (frequências, médias e porcentagens) para sumarização e técnicas inferenciais, como o teste de qui-quadrado (χ^2), para identificar padrões de associação entre as variáveis. Para o processamento, utilizou-se o Microsoft Excel para tabulação e ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, como o NotebookLM e o ChatGPT, declaradas conforme as diretrizes de integridade científica do CNPq.

Os resultados são apresentados de forma organizada através de estatísticas e gráficos, que facilitam a visualização das tendências de consumo digital e engajamento. A interpretação dessas evidências empíricas é realizada de forma qualitativa e profunda, estabelecendo um

diálogo constante com o referencial teórico sociológico. Conceitos fundamentais como socialização política, esfera pública, sociedade do espetáculo e sociedade em rede são mobilizados para conferir densidade acadêmica à discussão dos dados coletados no ambiente escolar.

A fundamentação metodológica deste estudo também incluiu a elaboração de um estado do conhecimento, definido como um procedimento de identificação, registro e categorização da produção científica em uma determinada área e período (Morosini; Fernandes, 2014). Este levantamento serviu para situar a problemática no cenário acadêmico contemporâneo e garantir que a investigação estabelecesse um diálogo direto com as produções que analisam o impacto dos algoritmos e das redes sociais na construção de valores e identidades juvenis no Brasil.

A pesquisa bibliográfica para a composição deste estado do conhecimento foi realizada em janeiro de 2026, por meio de consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Adotaram-se os descritores e operadores booleanos "*redes sociais*" AND "*política*" AND "*ensino médio*", priorizando investigações que utilizaram o método de *survey* para a coleta de dados. O recorte temporal compreendeu os últimos dez anos (2016-2026), selecionando-se apenas trabalhos redigidos em língua portuguesa que investigassem a influência das redes sociais na socialização política de estudantes de nível médio no cenário e realidade do Brasil.

6

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, que descartaram estudos fora do intervalo temporal ou sem conexão clara com o campo da sociologia, o levantamento resultou na seleção de seis estudos fundamentais para a análise comparativa. Estes trabalhos incluem as pesquisas de Fernandes (2020), Vasconcelos (2019), Ferreira (2020), Portas (2023), Bernardi (2021) e Chiodi (2021), que investigam desde a literacia midiática até os impactos socioeconômicos na cultura política juvenil.

RESULTADOS

A seção de resultados revela, inicialmente, um perfil socioeconômico de estudantes situados na fronteira da maioridade civil, com predominância de jovens de 17 anos (69,6%) e do gênero feminino (58,7%). A autodeclaração racial reflete a diversidade de Petrolina-PE, com 63% de pardos, enquanto o arranjo familiar destaca a forte presença de lares chefiados por mulheres, nos quais 43,5% dos jovens residem apenas com a mãe. No que tange à conectividade, observa-se uma imersão tecnológica absoluta: 100% dos alunos utilizam o smartphone como

principal meio de acesso, com 84,8% conectados todos os dias, priorizando redes visuais como Instagram (80%) e TikTok (75,6%).

Sobre as dinâmicas de consumo, a recepção de conteúdos políticos é caracterizada como episódica e passiva, ocorrendo de forma não planejada durante a navegação. Os temas de maior visibilidade para os estudantes são o Governo Federal (34,8%) e segurança pública (32,6%), consumidos majoritariamente através de vídeos curtos (65,2%) e memes (32,6%), formatos que privilegiam o entretenimento e a reação instantânea em detrimento da argumentação. Apesar dessa exposição contínua, há um paradoxo de desconfiança: 71,8% dos jovens afirmam confiar pouco ou nada nas informações políticas digitais que recebem, evidenciando uma percepção de risco frente à desinformação.

No campo das percepções e atitudes, os dados apontam para um distanciamento das instituições políticas tradicionais, com exatamente metade da amostra (50%) declarando nenhum interesse por política e a mesma proporção (50%) afirmando nunca conversar sobre temas coletivos com amigos ou familiares. Essa tendência reflete-se na ausência de simpatia partidária para 65,2% dos alunos, enquanto a reduzida parcela que demonstra preferência tende a personificar o debate em figuras midiáticas como "Lula" ou "Bolsonaro". Além disso, nota-se uma resistência à percepção do poder algorítmico, já que 34,9% acreditam que as redes não exercem nenhuma influência em suas opiniões.

7

O engajamento cívico foi marcado pelo "consumo silencioso", com baixíssimas taxas de interação ativa; 84,4% dos respondentes nunca comentam e 73,3% nunca compartilham conteúdos políticos. A capacidade das redes sociais de mobilizar ações presenciais fora das telas é limitada, visto que 48,9% dos jovens não realizaram nenhuma ação prática a partir do que viram online. Contudo, quando a mobilização ocorre, o espaço escolar destaca-se como o principal mediador, sendo a participação em debates na escola (28,9%) a prática presencial mais citada, reforçando o papel da instituição como território fundamental para o exercício da cidadania.

A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA E A ESCOLA COMO ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

A percepção dos estudantes sobre o papel da disciplina de Sociologia revela um desacordo entre os objetivos pedagógicos e a vivência cotidiana em sala de aula. Embora a literatura defina a escola como uma instância de socialização metódica e moral fundamental

para a internalização de valores coletivos, os dados da pesquisa indicam que 52,3% dos respondentes consideram que as aulas de Sociologia "nunca" ou "raramente" auxiliam na compreensão do que é política e democracia. Apenas uma minoria de 6,8% sente que esse suporte ocorre "sempre", o que sinaliza dificuldades para a disciplina em cumprir sua função de converter o senso comum em conhecimento científico e fundamentar um agir moral esclarecido entre os jovens de Petrolina (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Política e democracia na disciplina de Sociologia



Fonte: elaborada pela autora utilizando ChatGPT, 2026.

A percepção de que a Sociologia e a escola possuem pouca abertura para a discussão política sinaliza um preocupante processo de despolitização da educação. Ao evitar temas coletivos para prevenir conflitos, a escola abdica de sua função social como instância de socialização moral e cívica defendida por Durkheim (2013). Esse silenciamento enfraquece a escola como "território em disputa" por projetos de mundo, deixando o estudante vulnerável às narrativas hegemônicas das plataformas digitais.

No que tange à mediação crítica frente à influência das redes sociais, os resultados mostram que 62,3% dos alunos afirmam que a Sociologia "raramente" ou "nunca" ajuda na análise das informações políticas que circulam no ambiente digital (Gráfico 2). Esse cenário é preocupante, no qual a rapidez das imagens tende a esvaziar o conteúdo racional do debate político. A ausência dessa mediação compromete o desenvolvimento da "autonomia crítica",

competência essencial para que o estudante possa aplicar julgamentos independentes e navegar de forma reflexiva por um ecossistema de "virtualidade real" marcado pela desinformação e algoritmos não neutros (Brasil, 2023).

Gráfico 2 - A disciplina de Sociologia e a mediação crítica frente à influência das redes sociais



Fonte: elaborada pela autora utilizando ChatGPT, 2026.

Carvalho Filho (2014) discute como o ensino de Sociologia enfrenta crises de legitimidade, agravadas por reformas curriculares utilitaristas que reduzem o tempo para a reflexão crítica. A disciplina deveria atuar como mediadora entre o senso comum do aluno e o conhecimento científico, fornecendo instrumentos para decodificar a realidade social. No entanto, quando os alunos sentem que a disciplina não auxilia na compreensão da democracia ou do ambiente digital, o saber sociológico perde seu valor acadêmico e extra-acadêmico, tornando-se uma "teoria sem prática".

A escola, enquanto potencial "esfera pública" para o exercício democrático, parece enfrentar barreiras institucionais para se consolidar como espaço de diálogo, visto que 73,3% dos estudantes relatam que "nunca" ou "raramente" encontram abertura para discutir acontecimentos políticos atuais na instituição (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Escola como espaço político



Fonte: elaborada pela autora utilizando ChatGPT, 2026.

Este alto índice de silenciamento corrobora a tese de Maia (2024) sobre o processo de despolitização da educação, onde temas coletivos são evitados por serem associados a conflitos ou corrupção. Por outro lado, a percepção sobre o incentivo dos professores ao respeito a opiniões divergentes apresenta-se polarizada: 22,2% afirmam que isso ocorre "sempre", enquanto 28,9% dizem que "nunca" acontece, evidenciando que a sala de aula permanece como um "território em disputa" entre diferentes projetos e posturas pedagógicas (Gráfico 4).

Por fim, a eficácia da formação escolar na preparação para o exercício da cidadania ativa apresenta índices de descrença entre os jovens, com 46,7% sentindo-se pouco ou nada preparados para participar da vida política (como votar ou tomar decisões coletivas).

Gráfico 4 - Incentivo dos professores



Fonte: elaborada pela autora utilizando ChatGPT, 2026.

Esse dado contrasta diretamente com as metas dos PPPs das EREFEMs, que visam transformar a "subjetividade de submissão" em uma consciência de "ativez essencial". Sob a ótica bourdieusiana, a dificuldade da escola em instrumentalizar o estudante para a vida pública pode contribuir para a reprodução de desigualdades políticas (Bourdieu, 1989). Isso limita o desenvolvimento dos capitais culturais necessários para que o jovem se perceba como um sujeito dotado de capacidade para intervir conscientemente em sua realidade.

LITERACIA MIDIÁTICA E O DESAFIO DA DESINFORMAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

A autoavaliação dos estudantes sobre a capacidade de identificar desinformação revela um cenário de insegurança e fragmentação. Os dados mostram uma distribuição polarizada: enquanto 22,2% dos respondentes sentem-se plenamente capazes (nível 5) de distinguir notícias falsas, outros 22,2% afirmam não possuir essa habilidade (nível 1) (Gráfico 5). Essa disparidade indica que a literacia midiática não é uma competência uniformemente desenvolvida, reforçando a necessidade de a escola atuar como um eixo fundamental para fortalecer o pensamento autônomo dos jovens frente aos ambientes digitais complexos e à "equação civilizatória" que envolve o conhecimento científico e a participação democrática.

Gráfico 5 - A capacidade dos alunos de identificar desinformação nas redes sociais



Fonte: elaborada pela autora utilizando ChatGPT, 2026.

Quanto aos hábitos de checagem, observa-se um comportamento que expõe a vulnerabilidade dos jovens na "sociedade em rede". Cerca de 24,4% dos alunos admitem que "nunca" conferem a veracidade de uma informação em outras fontes antes de acreditar ou compartilhar, enquanto 28,9% afirmam fazê-lo "sempre" (Gráfico 6). Esse fluxo de consumo acrítico é potencializado pela lógica das plataformas digitais e pela "economia da atenção", em que a rapidez das imagens muitas vezes prevalece sobre a argumentação racional e o rigor factual, facilitando a propagação de narrativas tendenciosas que afetam a compreensão da política.

A fragilidade nos hábitos de checagem de fontes expõe a eficácia da "economia da atenção" em suprimir o rigor factual em prol da rapidez das imagens. O fluxo de consumo acrítico nas redes sociais afeta diretamente a compreensão da política, facilitando a propagação de narrativas tendenciosas.

Segundo a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (Brasil, 2023), a escola deve transcender o uso técnico da tecnologia e focar no desenvolvimento de uma "autonomia crítica" que permita ao aluno aplicar julgamentos independentes sobre o que consome e compartilha.

Gráfico 6 - O hábito de checar a veracidade da informação



Fonte: elaborada pela autora utilizando ChatGPT, 2026.

Apesar de 38,6% dos estudantes afirmarem que sabem utilizar ferramentas de busca (como o Google) para verificar notícias, a intervenção pedagógica formal sobre o tema ainda é limitada. Os resultados apontam que 28,9% dos respondentes indicam que a escola "nunca"

realizou atividades específicas ou debates sobre como identificar *fake news*, e apenas 20% relatam que tais práticas ocorrem "sempre". Esse dado evidencia uma lacuna na implementação de uma "orientação capacitadora" que transcenda o acesso técnico e promova a autonomia crítica, permitindo que o aluno aplique julgamentos fundamentados de forma independente, inclusive fora do ambiente escolar.

Como defende Lahire (2014), o ensino das ciências sociais serve para fornecer as "categorias léxicas" que permitem observar e nomear as realidades do mundo social. Somente por meio do fortalecimento do pensamento autônomo e de competências críticas frente aos algoritmos é que os estudantes de Petrolina deixarão de ser consumidores passivos para se tornarem cidadãos capazes de enfrentar a desinformação.

O desafio da desinformação no contexto das EREFEMs de Petrolina exige que a educação midiática seja integrada de forma transversal, unindo habilidades técnicas à formação ética e cidadã. A fragilidade no preparo escolar para lidar com notícias falsas, somada ao ceticismo juvenil já identificado, reforça que a socialização digital não deve ser abandonada à sorte dos algoritmos. Para que o jovem deixe de ser apenas um espectador e se torne um "sujeito para si", é imperativo que a escola e a disciplina de Sociologia forneçam os instrumentos necessários. Isso é necessário para decodificar as relações de poder e as desigualdades presentes nas mensagens digitais, consolidando uma base para a cidadania ativa.

DISCUSSÃO

A análise dos resultados revela um descompasso pedagógico preocupante no ambiente escolar: embora a Sociologia vise à formação cidadã, 52,3% dos estudantes em Petrolina sentem que as aulas raramente auxiliam na compreensão da democracia. Essa percepção de distanciamento é corroborada por Fernandes (2020), que destaca a necessidade de a Sociologia atuar como uma prática de diálogo vivo com as experiências cotidianas dos jovens, combatendo a tendência de transformar a disciplina em uma "teoria sem prática". Ferreira (2020) também alerta para o processo de despolitização da educação, onde a escola se torna um "território em disputa" contra lógicas que reforçam subjetividades individualistas em detrimento do conhecimento científico.

Bernardi (2021) e Vasconcelos (2019) convergem ao demonstrar que, apesar da importância da educação midiática, os fatores socioeconômicos continuam exercendo uma influência predominante sobre a cultura política assertiva. Bernardi (2021) identifica a

permanência de uma "cultura política híbrida", especialmente em escolas estaduais, caracterizada por avanços pontuais na criticidade, mas mantendo altos níveis de desconfiança institucional. De forma complementar, Vasconcelos (2019) argumenta que a utilização das redes sociais só influencia a formação de uma cultura participativa de forma robusta quando o jovem está inserido em um contexto socioeconômico seguro ou em instituições, como as escolas federais, que favorecem a emancipação política.

Uma novidade analítica trazida por Chiodi (2021) é a constatação de que jovens socializados prioritariamente por mídias digitais tendem a ser mais interessados e informados, porém menos participativos nos moldes tradicionais (como partidos e associações) do que gerações passadas. Esse comportamento reflete o que Vasconcelos (2019) denomina como usos diferenciados das redes: enquanto elites buscam distinção social e engajamento em causas pós-materiais, jovens de regiões periféricas utilizam as redes muitas vezes sob lógicas clientelistas ou focadas na sobrevivência material. Assim, o impacto das mídias digitais permanece limitado pela reprodução intergeracional de valores pré-existentes.

No que tange ao combate à desinformação, os dados de Petrolina expõem uma polarização na autoavaliação dos estudantes, onde 22,2% sentem-se plenamente capazes de identificar notícias falsas, enquanto a mesma proporção afirma não possuir essa habilidade. Portas (2023) aprofunda essa discussão ao observar que o processo de checagem dos jovens é frequentemente superficial, dependendo quase exclusivamente de buscas no *Google* e da confiança em links conhecidos, sem uma compreensão crítica das lógicas algorítmicas. Esse fluxo de consumo acrítico é potencializado pela "economia da atenção", que prioriza a rapidez das imagens sobre o rigor factual e a argumentação racional.

A disciplina de Sociologia surge como um espaço estratégico de resistência a esse cenário de desordem informacional. Contudo, Portas (2023) ressalta que o suporte pedagógico formal para a literacia midiática ainda é limitado e fragmentado, dependendo majoritariamente da iniciativa individual de professores que abordam o tema de forma voluntária. Bernardi (2021) defende que a "Educação Crítica Midiática" na escola deve ser inspirada na pedagogia de Paulo Freire, focando em valores como empatia, consciência crítica e empoderamento, para que o estudante possa subverter as relações de poder presentes nas mensagens digitais.

Enquanto a imersão tecnológica dos jovens é absoluta, com 100% utilizando smartphones e priorizando redes visuais como Instagram e TikTok, o que permanece é a vulnerabilidade diante de algoritmos não neutros e a desigualdade no desenvolvimento da

autonomia crítica. A discussão com autores como Chiodi (2021) e Portas (2023) reforça que a Sociologia deve fornecer as categorias léxicas necessárias para decodificar o mundo digital. O que surge como necessidade urgente é a integração transversal da educação midiática, permitindo que os estudantes deixem de ser meros consumidores passivos para se tornarem cidadãos políticos aptos a enfrentar a desinformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a disciplina de Sociologia possui um potencial latente, mas ainda subutilizado, para se consolidar como um espaço de resistência à desinformação em Petrolina. Embora a disciplina seja o local teórico ideal para converter o senso comum em conhecimento científico, o estudo revelou que a maioria dos estudantes ainda não percebe as aulas como um suporte efetivo para a compreensão da democracia ou para a mediação crítica das informações que circulam nas redes sociais. Portanto, a consolidação dessa resistência depende de uma prática pedagógica que supere o distanciamento entre os conteúdos curriculares e a realidade digital cotidiana dos jovens.

O objetivo geral foi plenamente atingido ao se investigar a relação entre os hábitos de consumo digital e a literacia midiática dos estudantes. Os resultados evidenciaram uma imersão tecnológica absoluta, centrada em plataformas visuais, porém acompanhada por um engajamento político passivo e uma profunda desconfiança nas informações recebidas. A análise confirmou que a capacidade de identificar desinformação é fragmentada e insegura, validando a tese de que a mediação da Sociologia é indispensável para transformar o consumo acrítico em autonomia política e cidadã.

Em termos gerais, os dados apontam para um preocupante descompasso pedagógico e um processo de despolitização no ambiente escolar. A maioria dos jovens sente que a escola oferece pouca abertura para discussões atuais, o que os deixa vulneráveis às narrativas hegemônicas dos algoritmos e à "economia da atenção" das redes sociais. Conclui-se que, sem uma intervenção formal e específica sobre literacia midiática, o conhecimento sociológico corre o risco de tornar-se uma teoria sem prática, falhando em preparar o estudante para os desafios da participação democrática contemporânea.

Para novos estudos, sugere-se a realização de pesquisas que avaliem o impacto de intervenções pedagógicas práticas e transversais voltadas especificamente para o combate às *fake news* no currículo de Sociologia. Também seria relevante investigar como a formação

continuada de professores pode suprir a lacuna identificada entre a teoria acadêmica e as novas dinâmicas das plataformas digitais. Por fim, recomenda-se a expansão deste estudo para outras regiões e contextos socioeconômicos, a fim de comparar como diferentes realidades escolares influenciam o desenvolvimento da autonomia crítica frente ao poder algorítmico.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Educação crítica midiática**: formação para cidadania de jovens no contexto de pós-verdade e fake news. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234761>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Estratégia brasileira de educação midiática**: 1ª versão. Brasília: SECOM, 2023.

CAETANO, Lucia. **Desenvolvimento do pensamento crítico na mídia-educação**: um estudo de quatro experiências da cidade de São Paulo, à luz de fundamentos teóricos dirigidos à autonomia crítica. 2019. 212 folhas. Dissertação (Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de. O ensino de Sociologia como problema epistemológico e sociológico. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 59-80, jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 26 set. 2025.

CHIODI, Alexsander Dugno. **Jovens, redes sociais e política**: o impacto das mídias digitais como agentes de socialização dos estudantes de escolas públicas em Porto Alegre. 2021. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. [Original publicado em 1967].

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FERNANDES, Kaline Gomes. **Escola e redes sociais**: uma reflexão possível. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

FERREIRA, José Silon. **Juventudes e participação política**: práticas dos estudantes do ensino médio do Vale dos Sinos. 2020. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 45-61, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/revcienso>. Acesso em: 26 set. 2025.

MAIA, Camila Moura Fé. **Participação política no cotidiano escolar**: possibilidades de desenvolvimento de estudantes de ensino médio. 2024. 239 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) — Universidade de Brasília, 2024.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

PORTAS, Isabela Afonso. **Literacia midiática e juventude**: caminhos para a formação de cidadãos políticos no combate à desinformação. 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2023.

SOARES, Viviane; DANTAS, Carolina. Informação e conhecimento na BNCC-Ensino Médio: uma leitura do apagamento do político na ciência e na escola. **Formação em Movimento**, v. 5, n. 11, p. 1-22, 2023.

17

VASCONCELOS, Camila de. **A formação da cultura política dos jovens**: a influência das redes sociais em contextos socioeconômicos desiguais. 2019. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

YIN, Robert K. **Case study research**: Design and methods. sage, 2009.